

## **A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UM OLHAR SOBRE AS CONCEPÇÕES DOS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE (PB)**

**Edna Câmara Monteiro<sup>1</sup>**  
UVA/UNAVIDA  
[edna\\_9909@hotmail.com](mailto:edna_9909@hotmail.com)

**Maria Aparecida Fernandes Medeiros<sup>2</sup>**  
UVA/UNAVIDA  
[Professora\\_aparecida@yahoo.com.br](mailto:Professora_aparecida@yahoo.com.br)

**Moizés Franco Ferreira<sup>3</sup>**  
UNINTER  
[moizesfranco@hotmail.com](mailto:moizesfranco@hotmail.com)

### **RESUMO**

O reconhecimento legal e a promulgação da criação dos mecanismos de inclusão, como são as Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) não garantem que a escola seja um local de práticas inclusivas. As leis pelas leis não são suficientes, ou seja, há um longo percurso entre a sistematização dos documentos e a materialização das mesmas no “chão” da escola pública. Um percurso de idas e vindas, de limites, de recuos e de possibilidades. Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de apresentar uma pesquisa realizada em uma escola da Rede Municipal de ensino de Campina Grande (PB), que teve por objetivo geral analisar a concepção das professoras da sala regular sobre o Atendimento Educacional Especializado, ofertado na Sala de Recursos Multifuncional. Buscamos também discutir o trabalho colaborativo entre o professor da sala regular e o professor da SRMF. As professoras, participantes da pesquisa, consideram extremamente importantes que as crianças especiais frequentem a SRMF, onde recebem o Atendimento Educacional Especializado (AEE), entretanto avaliam o trabalho colaborativo entre a sala regular e a SRMF como muito deficitário apontando este como uma das maiores dificuldades para práticas mais inclusivas no contexto escolar.

**Palavras-chaves:** SRMF. Trabalho colaborativo. Inclusão

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação (UEPB); Pedagoga e Psicóloga pela UEPB; Especialista em Gestão Educacional e Educação de Jovens e Adultos pela UFPB e em Recursos Humanos pela UFPE. Professora do curso de Pedagogia da UVA/UNAVIDA; Coordenadora Pedagógica e Gestora Escolar da Rede Municipal de Ensino de Campina Grande (PB).

<sup>2</sup> Mestre no PPGFP - Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Especialista em Formação do Educador pela UEPB. Professora do curso de Pedagogia da Universidade Aberta Vida UVA/UNAVIDA. Orientadora Educacional do Município de Esperança-PB. Professora da Educação Básica (Educação de Jovens e Adultos) do Município de Lagoa Seca-PB.

<sup>3</sup> Licenciado em Química (UEPB); Cursando Licenciatura em Pedagogia (UNINTER).; Secretário escolar da rede Municipal de Campina Grande.

## 1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 20 anos temos vivenciado, no Brasil, um fortalecimento da inclusão escolar como organizadora das metas para a escolarização das pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação<sup>4</sup>. Essa perspectiva exige que se institua um amplo debate sobre as diretrizes da escola brasileira, sua organização pedagógica e seus profissionais, no sentido de favorecer a pluralidade de ações que sejam complementares, articuladas e que garantam o acesso ao conhecimento, assim como a oferta de apoios demandados por um grande contingente de alunos, visto que, ainda são muitas as barreiras e dificuldades para garantir uma efetiva escolarização para toda a população do país.

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) foram implantadas para serem espaços físicos dotados de mobiliários, recursos didáticos, pedagógicos e de acessibilidade, onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado. O principal objetivo da SRMF é incluir os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na sala regular, a partir do uso de recursos adaptados e/ou confeccionados de acordo com as necessidades individuais dos mencionados alunos. No entanto, o cumprimento do papel desse serviço depende de como ele é implementado, das condições de funcionamento e do modo como são vistos e interpretados, pelos professores, as políticas, os conceitos e demais questões que se tornam essenciais quando se trata da organização do trabalho pedagógico das SRMF.

O reconhecimento legal e a promulgação da criação dos mecanismos de inclusão, como são as SRMF, não garantem que a escola seja um local de práticas inclusivas. As leis pelas leis não são suficientes, ou seja, há um longo percurso entre a sistematização dos documentos e a materialização das mesmas no “chão” da escola pública. Um percurso de idas e vindas, de limites, de recuos e de possibilidades. Comprovando-se, desta maneira, o postulado de Saviani (1997) que diz respeito à distância que existe em matéria educacional, entre os objetivos proclamados (o texto da lei) e os objetivos reais (o que acontece no “chão” da escola).

As considerações supracitadas nos conduziram à elaboração do seguinte problema de pesquisa: *O que pensa o professor da sala regular sobre o atendimento realizado na sala de Recursos Multifuncionais? Esse atendimento contribui para sua prática pedagógica com alunos*

---

<sup>4</sup> Embora a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 defina o alunado da educação especial como aqueles com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades, utilizaremos ao longo deste texto a expressão 'alunos com deficiência' para nos referirmos a esse alunado, em função de sua prevalência numérica e da configuração de desafios associados aos serviços que apresentam características pedagógicas semelhantes àquelas relativas aos demais grupos de sujeitos.

*com necessidades especiais? A sala de Recurso Multifuncional vem contribuindo para práticas mais inclusivas na escola?* Para responder a esses questionamentos tomamos como objetivo geral: analisar a concepção das professoras da sala regular sobre o Atendimento Educacional Especializado, ofertado na Sala de Recursos Multifuncional, de uma escola da Rede municipal de ensino de Campina Grande (PB). Como objetivos específicos elencamos: Identificar na fala das professoras da sala regular as contribuições do AEE para sua prática pedagógica com alunos com necessidades especiais; discutir o trabalho colaborativo entre o professor da sala regular e o professor da SRMF.

**Do ponto de vista metodológico**, esse estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa com uma abordagem descritiva e interpretativista, para qual recorreremos a pesquisa bibliográfica e o estudo de campo do tipo estudo de caso. A pesquisa de campo foi realizada em uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Campina Grande-PB. Portanto, os sujeitos da pesquisa foram professores de Sala de AEE e professores da sala regular. Nessa escola são 22 crianças e adolescentes atendidos pelo AEE. Para coleta de dados utilizamos como instrumento, inicialmente a observação e questionários com perguntas abertas aplicados a professora da sala de AEE e cinco professoras da sala regular.

Este estudo parte da premissa de que o trabalho colaborativo entre o professor da sala de AEE e o professor da sala regular, pode contribuir com a inclusão de pessoas com deficiência, proporcionando uma quebra de paradigmas que ainda se fazem presentes no nosso cotidiano. Portanto, com este pretendemos contribuir para suscitar discussões, que ampliem os conhecimentos de professores das salas regulares e de SRMF acerca da inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular.

## **2. AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.**

Em 2005, a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC) lançou o Programa das Salas de Recursos Multifuncionais (SEMF), criado no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com o objetivo de apoiar os sistemas de ensino na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) Complementar ou Suplementar à escolarização, para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns de ensino público. O serviço foi assim definido:

Salas de Recursos: serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns [...]. Esse serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados às necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para alunos que apresentem necessidades educacionais especiais semelhantes, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum. [...]. (BRASIL, 2001, p.50).

Em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva contribuiu para a intensificação do debate e delineou as diretrizes orientadoras para a política brasileira para a área, afirmando um grupo específico de sujeitos prioritários da ação da Educação Especial, já referidos no início deste texto, além de destacar a sala de recursos como locus prioritário do trabalho específico da Educação Especial. Houve, por meio desse documento, a indicação de que o atendimento educacional especializado não deveria substituir, mas complementar ou suplementar, o ensino em classes comuns.

A Resolução 04/2009 do CNE-CEB surge como um dos dispositivos que conferem operacionalidade à Política, pois define as diretrizes do atendimento educacional especializado, delimitando quais instituições podem oferecê-lo e como esse oferecimento deve ser um suporte à presença do aluno nas escolas regulares. Esta ênfase no contexto escolar comum altera o plano normativo da política educacional brasileira para a Educação Especial, pois abandona-se o discurso da excepcionalidade, da escolarização em espaços exclusivamente especializados - classes especiais e escolas especiais (KASSAR; REBELO, 2011).

Os estados da Federação passaram a considerar a oferta da sala de recursos, no espaço escolar do ensino regular, como um dos atendimentos da Educação Especial, que visa contribuir para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em classes comuns. Para demonstrar a aceitação da posição da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação passaram, também, a legislar sobre esse serviço

No município de Campina Grande, em 18 escolas, Salas de Recursos Multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado. Esse programa do governo federal tem o objetivo de sensibilizar e qualificar educadores a respeito da inclusão educacional, garantindo o acesso, a

participação e a permanência dos alunos com deficiência na escola regular. Essas escolas tornaram-se escolas pólos e passaram a contar com a SRMF com os recursos materiais para a efetivação do AEE.

As Salas de Recursos Multifuncionais recebem este nome por agregar, no espaço pedagógico, mobiliários e equipamentos para oferta do serviço de AEE, permitindo sua oferta no contraturno o que deve possibilitar também a formação dos professores que atuam nesse espaço (BRASIL, 2008). A proposta de implantação das SRMF é pensada pelo Poder Público como ideário inclusivo, isto é, um espaço para a construção do conhecimento e autonomia para os alunos com Deficiência Intelectual (DI). De acordo com Mendes (2010) a opção política da Secretaria de educação especial (SEESP) é de priorizar a chamada sala de recurso multifuncional [...] quando ela deveria ser apenas mais um dos vários serviços disponíveis no sistema do contínuo dos serviços. Tal opção, entretanto, representa uma simplificação dos serviços de apoio que não encontra sustentação na literatura da área de Educação Especial, em termos de efetividade para atender as necessidades tão diversificadas deste alunado.

Um fator que merece destaque no funcionamento destas salas é a adaptação do currículo. Os professores devem ajustar os currículos às necessidades dos alunos. As escolas inclusivas devem, portanto, oferecer oportunidades curriculares que melhor se adaptem aos alunos com diferentes interesses e capacidades. Nesse sentido, Moretti e Corrêa (2009, p.487) valorizaram esse serviço, afirmando que na perspectiva inclusiva a sala de recursos tornou-se muito importante, "pois visa oferecer o apoio educacional complementar necessário para que o aluno se desempenhe e permaneça na classe comum, com sucesso escolar". Portanto, além das oportunidades de sucesso acadêmico que são oferecidas no contexto da classe regular, pelas adequações curriculares possíveis e recomendadas pela legislação, ao aluno especial está sendo garantido o direito ao apoio especializado, a fim de complementar seu aprendizado em período diverso daquele em que frequenta a classe regular.

Na rede municipal de ensino de Campina Grande (PB), assim como em todo o sistema de ensino brasileiro, podemos considerar que as políticas de inclusão e o atendimento educacional especializado as pessoas com necessidades educacionais especiais, ainda enfrenta enormes desafios. O Sistema de ensino municipal e as escolas vêm-se adequando para a oferta do atendimento educacional especializado proposto e recomendado pela legislação, buscando garantir os direitos dos alunos e propiciando-lhes acesso ao conhecimento. As escolas da Rede Municipal de Ensino vêm-se adequando para a oferta do atendimento educacional especializado proposto e recomendado



pela legislação, buscando garantir os direitos dos alunos e propiciando-lhes acesso ao conhecimento.

## **2.1. O trabalho colaborativo entre o professor da sala de recurso e o professor da sala regular**

O trabalho colaborativo entre o professor da sala e o especialista é essencial para o desenvolvimento da criança com deficiência desde a educação infantil, mas não somente nela, tendo continuidade por todas as etapas escolares e exteriores à escola. Para tanto é necessário que a sala de recursos seja o apoio da sala comum, assim o professor estará recebendo apoio do professor especialista e um trabalho em conjunto, de forma colaborativa pode aprofundar o conhecimento de ambos sobre as deficiências e sobre as necessidades educacionais de cada criança, de forma que os dois possam trabalhar cada vez mais, naturalmente juntos, seja em atividades de rotina com adaptações comuns, seja em atividades periódicas, que requerem maior adaptação e recursos diferenciados.

O trabalho colaborativo entre os profissionais tem exatamente a finalidade de articular professor do ensino comum e professor especialista para que o aluno seja beneficiado, cabendo adaptações simples que cooperem para o aprendizado da criança, seja ela realizada pelo professor da sala ou o professor especializado.

Ainda que sejam adaptações simples, ilustram a maneira como alguns professores, com ou sem formação específica, partiram do pressuposto que o aprendizado é um direito para o aluno com deficiência e possibilitaram a experiência do aprender. Vale ressaltar a grande quantidade de relato desses alunos sobre o uso da lousa na sala regular, fato que retrata a utilização majoritária desse recurso para o aprendizado em detrimento a outras estratégias de aprendizado. (VILARONGA; CAIADO, 2013, p. 71)

O levantamento de publicações recentes sobre o assunto deixa claro que pouco se pesquisa, ou se escreve, sobre o tema em questão. Em grande parte, porque o trabalho em conjunto, ou colaborativo, entre o professor comum e o especialista ainda é recente, talvez porque seja realmente criterioso e requeira envolvimento de toda a comunidade escolar para que aconteça e seja transformador de práticas, que seja inclusivo. Assim como definem Brandão e Ferreira (2013):



A filosofia inclusiva encoraja os docentes a provocarem ambientes de aprendizagem de entre ajuda, onde a confiança e o respeito mútuos são essenciais para o desenvolvimento de um trabalho em equipe. Aliás, um dos fatores, desde sempre, destacado para o sucesso da inclusão é precisamente a colaboração entre os professores, pais e todos os agentes educativos. Por outro lado, a implementação de parcerias e de redes com a comunidade, designadamente com os serviços sociais, de saúde e de reabilitação constituem facilitadores imprescindíveis no desenvolvimento de apoios para a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais e o caminho que se deve enfatizar no futuro. (BRANDÃO; FERREIRA, 2013, p. 499)

A Resolução 02 de 2001 (BRASIL 2001), em seu artigo 8º, inciso IV, prevê a atuação colaborativa do professor especializado em Educação Especial, como um serviço de apoio que pode ser realizado nas classes, embora não defina como deve ser essa parceria colaborativa. No parágrafo 2º deste mesmo artigo, esclarece que:

§ 2º São considerados professores especializados em educação especial aqueles que desenvolveram competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados ao atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Entretanto, a legislação se contradiz quando, apesar de prever a ação colaborativa, define como período de trabalho do professor do AEE o turno oposto ao do professor do ensino regular, evidenciando que esta forma como está organizado o trabalho nas SRMF impossibilita ou dificulta a comunicação e trabalho em equipe. (MENDES 2014). É preciso que o sistema educacional reflita sobre como oportunizar esta articulação entre o professor da SRMF e o professor do ensino regular, reconhecendo a importância deste trabalho em equipe no intuito de proporcionar a plena participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares. Neste cenário, emerge um novo tipo de serviço de apoio para contribuir com a inclusão escolar, o coensino.

### **3. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Para a coleta de dados, foram lidos e analisados os planejamentos, cadernos de atividades e as fichas individuais dos alunos matriculados na SRMF, contendo o laudos destes. Durante as observações procuramos O roteiro de observação foi elaborado para conduzir o levantamento de informações como: horário de atendimento; número de alunos; condições físicas da sala; existência e utilização de equipamentos de apoio pedagógico; características gerais da população atendida, da

atuação pedagógica e das atividades realizadas; plano de ensino na sala de recursos e relação deste com o plano da sala comum. Em seguida, foi aplicado um questionário com as professoras da sala regular e com a professora da SRMF.

Inicialmente, indagamos as professoras da sala regular se estas trabalham com alunos com necessidades especiais em suas salas e todas responderam que sim. Duas delas enfatizaram que trabalham com mais de um aluno especial na mesma sala.

Em seguida indagamos estas sobre as dificuldades que sentem em sua prática pedagógica com os alunos especiais. As professoras responderam que consideram que falta preparo funcional para trabalhar com as necessidades destas crianças; a falta de formação continuada nessa área para os professores da sala regular, visto que as formações só acontecem para os professores da sala de AEE; dificuldades de adaptar os conteúdos e avaliações para os alunos especiais; despreparo dos pais, bem como falta de apoio destes no sentido de acompanhar o desenvolvimento e dificuldades das crianças, bem como buscar ajuda externa a escola para seu filho, no caso de acompanhamento médico e psicológico; o grande número de alunos na sala, o que dificulta o atendimento individualizado as crianças com necessidades especiais; a estrutura deficiente da escola, bem como a falta de espaço adequado para recreação.

As professoras identificam algumas estratégias inclusivas que precisam ser desenvolvidas em sala de aula visando o desenvolvimento de competências sociais e cognitivas de crianças, como por exemplo, o uso de material pedagógico atrativo, uma rotina pedagógica bem estruturada, o uso do computador como suporte visual e atividades adaptadas, mas que sejam feitas o mais próximo possível das realizadas pelos colegas. Porém, relatam a falta de uma equipe multidisciplinar que forneça o apoio e acompanhamento ao trabalho do professor em sala de aula, bem como a deficiência estrutural da sala de atendimento as crianças.

Todas as professoras consideram extremamente importante que as crianças especiais frequentem a SRMF, onde recebem o AEE, pois este contribui significativamente para eliminar as barreiras interpostas historicamente, noções preconceituosas e discriminatórias, garantindo a informação a respeito da deficiência, como também melhorando, ou adequando as práticas pedagógicas as necessidades dos alunos.

Em relação à comunicação entre o professor da sala de AEE e os professores da sala regular, três professoras consideram ruins, visto que é muito distanciado, há pouco repasse de informações e a rotina intensa da escola acaba dificultando a troca de experiências entre esses professores. Tentasse um planejamento em conjunto, porém pouco se consegue fazer, no sentido de se planejar



atividades em conjunto e se discutir técnicas e estratégias diferenciadas para se trabalhar com essas crianças. Duas professoras consideraram a relação boa, porém ressaltaram a falta de tempo e espaço para trocar ideias a respeito do desenvolvimento e limitações das crianças especiais.

Nesse sentido, Martins (2008) e Mendes (2014) defendem que o professor da sala regular e o professor do AEE, Juntos devem definir propostas de alterações nas metodologias de ensino, adaptações curriculares, modos de avaliação entre outros, conforme a necessidade individual de cada criança/pessoa e assim proporcionar acesso igualitário a aprendizagem com sucesso e êxito. Realidade bem longe de ser vivenciada na escola lócus da pesquisa.

Quando perguntamos as professoras da sala regular se elas consideram que o AEE contribui com o trabalho inclusivo na sala regular, estas responderam em sua maioria que sim; consideram importante esse atendimento individualizado e diferenciado a essas crianças; acham a sala mais aconchegante e com mais recursos que a sala regular; o acompanhamento dos pais é bem melhor, estes estão sempre mais presentes; a professora recebe formação mensal para trabalhar com as dificuldades dos alunos, já a professora da sala regular não.

Martins, Pires e Pires (2008) ressaltam a importância das possibilidades de colaboração entre ensino regular e educação especial, bem como a urgência de transformação na cultura da formação dos professores para que possam, seja na educação regular ou especial, atuarem efetivamente nesta proposta. Uma formação continuada dos professores pautada em princípios de indissociabilidade da teoria e da prática, caracterizando um estudo ativo, reflexivo e cooperativo, como defende Como afirmam Capellini e Mendes (2004).

A professora da SRMF, participante da pesquisa, identificou algumas estratégias inclusivas que precisam ser desenvolvidas em sala de aula visando o desenvolvimento de competências sociais e cognitivas de crianças especiais, como por exemplo, o uso de material pedagógico atrativo, uma rotina pedagógica bem estruturada, o uso do computador como suporte visual, atividades adaptadas, a TV-pendrive, o data-show, aparelho de DVD entre outras Tecnologias de Informação e Comunicação. Essas ferramentas tornam-se fortes aliadas do professor, pois permite através dele o trabalho com músicas, filmes e imagens, trabalharmos o conteúdo de modo mais vivo e dinâmico. No entanto, na pesquisa realizada a professora afirmou serem os aparelhos que mais dão problemas e não passam por manutenção permanente, o que leva ao sucateamento e precárias condições estruturais das salas de AEE. Nesse sentido, Valente (2002) e Schlünzen (2000) defende que a informática pode ser um recurso auxiliar para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem,

onde o foco da educação passa a ser o aluno, construtor de novos conhecimentos, em um ambiente contextualizado e significativo.

A professora da SRMF, também salientou a importância do professor da sala regular passar por um processo contínuo de formação continuada, bem como a equipe pedagógica da escola precisa proporcionar momentos de planejamento em conjunto, onde o professor da SRMF possa orientar e construir junto com o professor da sala regular uma rotina pedagógica que atenda a necessidade específica daquele aluno especial.

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), afirmam que embora haja um amparo legal nas políticas de inclusão e uma evolução nas concepções para que esta proposta ocorra, percebe-se que ainda a realidade escolar carece de estrutura física, humana e profissional que viabilizem efetivamente esta filosofia. Esta perspectiva do trabalho colaborativo é promissora e os achados na literatura indicam que quando eficazmente implementado, pode beneficiar todos os estudantes e promover crescimento profissional, pessoal e motivação para ensinar. (WALTHER-THOMAS, BRYANT, 1997).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O levantamento de publicações recentes sobre o assunto deixa claro que pouco se pesquisa, ou se escreve, sobre o tema em questão. Em grande parte, porque o trabalho em conjunto, ou colaborativo, entre o professor comum e o especialista ainda é recente, talvez porque seja realmente criterioso e requeira envolvimento de toda a comunidade escolar para que aconteça e seja transformador de práticas, que seja inclusivo.

A parceria entre professores de SRM e de professores das classes de inclusão do ensino regular, permite promover aprendizado e troca de experiências e informações sobre as especificidades de seus alunos. A falta de conhecimento sobre como lidar com os alunos com necessidades educativas especiais, em muitos casos pode gerar desestabilidade em relação à atuação profissional. Porém os professores da sala comum embora sejam responsáveis pelos encaminhamentos, nem sempre tem conhecimento de quais características devem ser consideradas para que o aluno seja elegível para um atendimento mais especializado. Dentre os vários obstáculos que impedem e dificultam que a política de inclusão aconteça, um deles, decorre do despreparo dos professores do ensino regular.

Pode-se concluir que, de maneira geral, professoras de sala de recursos multifuncionais estão cientes da importância de compartilhar informações com os professores regulares e que buscam, na medida do possível, estabelecer ações junto a eles. Entretanto a falta de maior tempo destinado a isto e, em alguns casos, a falta de entendimento do professor regular, dificultam a efetivação de tal aproximação. Faz-se a ressalva de que, mesmo com estas dificuldades, as professoras acreditam que a possibilidade de um trabalho colaborativo poderia facilitar esta relação e tornar seu trabalho mais efetivo junto aos seus alunos, auxiliando no processo de escolarização dos mesmos na escola comum.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, M.S.F. (Org.). **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica/coordenação geral**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2004. v.1. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000199&pid=S1413-6538201200030000900002&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000199&pid=S1413-6538201200030000900002&lng=en). Acesso em março de 2016.

BRANDÃO; M. T.; FERREIRA, M.. **Inclusão na educação infantil. Ensaio. Inclusão de Crianças com Necessidades Educativas Especiais na Educação Infantil**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 19, n. 4, p. 487-502, Out. Dez., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v19n4/v19n4a02.pdf>. Acesso em março de 2016.

BRASIL. **Resolução nº2/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

BRASIL. **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto6571\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/decreto6571_08.pdf). Acesso em março de 2016.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2921/TeseVLMFC.pdf?sequence=1>. Acesso em março de 2016.

KASSAR, M.C.M; REBELO, A.S. O “especial “ na educação, o atendimento especializado e a Educação Especial. In: **VI Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial – Prática Pedagógica na Educação Especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado**. Nova Almeida, abr. 2011.

MENDES, E, G, CIA F (org). **Inclusão Escolar e o Atendimento Educacional**. São Carlos, Marquezini &Manzini, ABPEE, 2014. Disponível em: [http://www.abpee.net/homepageabpee04\\_06/editora/editora.htm](http://www.abpee.net/homepageabpee04_06/editora/editora.htm). Acesso em outubro de 2016.

MOREIRA, Herivelto e CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MORETTI, I.G.; CORRÊA, N.M. A Sala de recursos como atendimento educacional especializado para a 'inclusão' de alunos com deficiência mental em classes comuns. In: v **CONGRESSO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**, 5., Londrina, 2009. Anais... Londrina: Universidade Estadual de Londrina., 2009. p.485-492 (1 CDROM). Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000255&pid=S1413-6538201200030000900030&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000255&pid=S1413-6538201200030000900030&lng=en). Acesso em outubro de 2016.

ROPOLI, Edilene Aparecida [et al.]. **A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: a escola comum inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192). Acesso em outubro de 2016.

SAVIANI. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

SCHLÜNZEN, E. T. M. **Mudanças nas práticas pedagógicas do professor: criando um ambiente construcionista, contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas**. Tese (Doutorado em Educação: Currículo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/9840>. Acesso em outubro de 2016.

VALENTE, J. **Pesquisa, comunicação e aprendizagem com o computador**. Série "Pedagogia de Projetos e Integração de Mídias" - Programa Salto para o Futuro, Setembro, 2002.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. **Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília. [online]. v. 95, n. 239, 2014, p. 139-151, Jan.-Abr. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a08v95n239.pdf>. Acesso em: julho de 2017.

VILARONGA, C. A. R.; CAIADO, K. R. M.. **Processos de Escolarização de Pessoas com Deficiência Visual**. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília. v. 19, n.1, 2013, p. 61-78, Jan.-Mar. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382013000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382013000100005&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em outubro de 2016.

WALTHER-THOMAS, C. S., BRYANT, M. & LAND, S. Planning for effective coteaching: The key to successful inclusion. Remedial and Special Education, 17(4), 255-264.1997.

ZERBATO, A.P. **O papel do professor de educação especial na proposta do coensino**. 2014. Dissertação (Mestrado em educação Especial) - Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3163>. Acesso em julho de 2017.